

O DISCURSO DE TÍTULOS DE NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL: A MÍDIA ON-LINE E A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA DE ESTUPRO

Isabela Cristina Barros Cardosoⁱ
Viviane Vieiraⁱⁱ

Resumo: Este artigo utiliza os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) como base na investigação de três títulos de notícias veiculadas nos meses de maio e novembro de 2013, de diferentes jornais eletrônicos brasileiros de grande influência nacional (*G1*, *R7* e *Folha de S. Paulo*). Os títulos selecionados abordam casos de estupro contra a mulher e são analisados com o objetivo de investigar a representação do discurso midiático sobre esses eventos, sobretudo no que se refere à construção da imagem da “vítima”. A análise discursiva inicial indica que nos textos – títulos e excertos do corpo das notícias para a contextualização dos eventos – ocorrem variadas estratégias de legitimação (cf. THOMPSON, 1995; VAN LEEUWEN, 2008) que agem no sentido de atribuir à vítima a responsabilidade pela violência sofrida, apagando a agência do estuprador e contribuindo para a prática de culpabilização da vítima, típica da estrutura social de hegemonia masculina, que privilegia o homem.

Palavras-chave: Discurso. Representação. Legitimação. Estupro.

Abstract: This paper applies the theoretical and methodological principles of Critical Discourse Analysis (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999; FAIRCLOUGH, 2003) on the investigation of three news titles conveyed in May and November, 2013, from different Brazilian electronic news agencies of vast national influence (*G1*, *R7* and *Folha de S. Paulo*). The titles concern rape cases against women, and the analysis intends to investigate the representation of media discourse in regard to these events, especially referring to the image construction of the “victim”. The initial discursive analysis indicates that the texts – the titles and the event-contextualizing extracts from the news – make use of several legitimation strategies (according to THOMPSON, 1995; VAN LEEUWEN, 2008) which attribute the responsibility for the suffered violence to the victim, eliminating the rapist’s agency and contributing to the practice of victim blaming, which is typical of the social structure of male hegemony.

Keywords: Discourse. Representation. Legitimation. Rape.

ⁱ Mestranda em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: isabela.cardoso.ic@gmail.com.

ⁱⁱ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Docente da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: vivianecvieira2@gmail.com.

Introdução

Este artigo é parte da pesquisa de mestrado (em andamento) “Legitimação do crime e culpabilização da vítima? O discurso de agências de notícia *on-line* sobre casos de violência sexual contra a mulher” (CARDOSO, no prelo), que integra as atividades desenvolvidas no projeto “Gêneros discursivos, representações e identidades nas mídias”, coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Viviane Vieira (RAMALHO, 2010, 2011, 2012; SILVA; RAMALHO, 2012; RESENDE; RAMALHO, 2011, 2012) dentro do Programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade de Brasília. A pesquisa mencionada aborda, principalmente, notícias em jornais eletrônicos a respeito de violência sexual contra a mulher ocorridas nos anos de 2013 e 2014. Para este artigo, selecionamos três componentes do *corpus* da pesquisa e nos focamos na análise de títulos e alguns fragmentos retirados das notícias.

Nessa análise inicial, foi observado um padrão na estrutura dos títulos: poucas vezes o agressor está em foco – a vítima ganha praticamente toda a atenção no texto. Dessa maneira, observa-se uma potencial desmoralização da vítima, que é colocada como centro das atenções e retratada como causadora do próprio ato de violência, seja a partir de seu comportamento, seja dos locais frequentados ou decisões tomadas.

Essa conduta é chamada comumente de *culpabilização da vítima*, termo empregado por William Ryan pela primeira vez em 1971, em seu livro *Blaming the Victim*; a expressão foi utilizada para se referir aos negros nos Estados Unidos, vítimas do preconceito racial extremamente violento da época e responsabilizados pela fraca estrutura familiar e estagnação socioeconômica que, em geral, apresentavam. No decorrer das décadas, o uso do termo se expandiu para outros fins e recentemente se consolidou nos estudos de gênero para se referir à responsabilização da mulher pelas agressões e sanções (profissionais, sociais e sexuais) sofridas.

A partir dessa percepção, utilizaremos os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), no intuito de analisar o tratamento dado pela mídia jornalística eletrônica a casos que envolvam violência contra a dignidade sexual – mais especificamente, o estupro contra a mulher – e investigar a possível utilização de mecanismos linguísticos no título das notícias que incorram em uma potencial culpabilização da vítima. Como instrumentos de

análise, consideraremos, principalmente, as estratégias de construção simbólica para a manutenção das relações assimétricas de poder propostas por Thompson (1995), além dos mecanismos de representação de atores sociais, de van Leeuwen (2008).

1 A manutenção da estrutura social pelo discurso

A Análise de Discurso Crítica (ADC) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), seguindo o conceito de Realismo Crítico de Bhaskar (1986), entende a vida natural e social como um sistema aberto, governado por mecanismos de várias dimensões da vida (biológica, física, econômica, psicológica, semiótica etc.) que atuam em conjunto – sendo que um mecanismo é mediado por outros, embora não seja redutível a nenhum deles – em eventos.

Exercendo influência sobre os eventos, a ADC aborda o conceito de práticas sociais, que são hábitos ligados a tempos e espaços específicos e aos quais as pessoas aplicam recursos no intuito de interagirem. Hierarquicamente, as práticas se situam entre as estruturas, a representação dos aspectos internalizados de uma sociedade, e os eventos, que são a materialização das práticas sociais. Nessa configuração, as práticas atuam como mediadoras sociais: são submetidas às estruturas e refletem essa submissão nos eventos, mas podem também agir no sentido contrário, negando e modificando as estruturas a partir de eventos que permitam essa postura.

Os três aspectos sociais estudados pela ADC são compostos de momentos discursivos e não essencialmente discursivos. Os momentos discursivos são fundamentados em textos (em um sentido amplo, como aspectos semióticos/linguísticos da vida social) que, agindo em conjunto com os momentos não essencialmente discursivos, produzem e reproduzem ideologias que reafirmem ou desafiem as estruturas sociais vigentes.

As estruturas sociais mantêm relações de poder, trazendo à tona o conceito de hegemonia. Gramsci (1988) afirma que o poder hegemônico é mantido por meio do consentimento da parcela subalterna da sociedade. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 24) explicam que esse consentimento consiste na “naturalização de práticas e suas relações sociais, bem como as

relações entre práticas, como questões de senso comum”¹. Desse modo, a dominação é mantida sob a ideia de “verdade universal”, imutável e indiscutível, nas ideologias que trabalham em favor do poder hegemônico.

Na presente análise, a estrutura em foco é a da hegemonia masculina e suas implicações na contrapartida feminina. Apfelbaum (2009) trata a questão da dominação de gênero como um fato naturalizado na sociedade e um assunto que começou a ser questionado apenas nos anos 1960. Essa naturalização da relação de domínio do masculino sobre o feminino é uma das armas ideológicas mais utilizadas na manutenção da estrutura social.

Instituir uma cisão irreduzível, uma distinção entre nós e eles ou elas, estigmatizar em nome de um conjunto de representações e de normas dadas como verdades “naturais” e universais para melhor particularizar e, especialmente, excluir do espaço social onde se elaboram as decisões relativas ao contrato social, faz parte do arsenal dos modos de dominação. Tornar o outro invisível, tornar crível a ideia de que ele não é mais do que um simples caso particular, que por isso mesmo não pode ser considerado um interlocutor válido, garante por tabela que o dominante ocupe legitimamente a posição de representante do universal. Esse é o preço da prática de dominação, a desapropriação do outro, posto em situação de tutela, como a apropriação do corpo das mulheres (APFELBAUM, 2009, p. 77-78).

No que se refere especificamente à violência sexual contra a mulher, Porter e Tomaselli (1992) explicam que o estupro é uma forma de reafirmação da ideologia social de dominação masculina. Ao dominar a mulher física e sexualmente, o agressor expressa seu poder e submete sua vítima à uma posição inferior. A culpabilização da vítima figura como um agravante – para além da violência sofrida, a mulher é desmoralizada socialmente, o que reitera não só sua posição submissa nas relações sociais como também seu papel como propriedade do homem, reforçando a ideologia androcêntrica da estrutura social corrente.

É inegável o papel da mídia na manutenção das estruturas sociais. Com seu massivo alcance populacional, os meios de comunicação são grandes responsáveis pela formação opinativa de seu público-alvo, seja na publicidade ou no jornalismo. Fairclough (1995, p. 44-45) explica que representações em textos midiáticos, em geral, propagam as ideologias de forma implícita, utilizando uma linguagem intrínseca ao senso comum da sociedade em que esses textos são veiculados para reafirmar determinadas práticas sociais.

¹ As traduções do original foram feitas pelas autoras.

No caso do gênero notícia, presente neste trabalho, os acontecimentos são narrados a partir de uma perspectiva que determina o posicionamento do veículo de comunicação. Mota (2012, p. 208) fala sobre como a notícia é uma articulação discursiva dos fatos narrados e nunca uma representação transparente do evento em questão, uma vez que a notícia é submetida a diversos processos que englobam “habilidades técnicas, ideologias profissionais, conhecimento institucional e questões relacionadas com os leitores ou a audiência”.

Neste artigo, daremos atenção específica a uma parte do gênero notícia: os títulos. Guimarães (1990) explica que, no âmbito jornalístico, os títulos obedecem a uma noção de prioridade informativa: quais aspectos são mais relevantes para o conteúdo a ser apresentado, delineando a macroestrutura da notícia. É a partir dos títulos que é possível decodificar a mensagem do restante do texto: “o título estabelece uma ligação catafórica com aquilo que se segue, induzindo a uma dada leitura do texto” (GUIMARÃES, 1990, p. 52). Podemos entender, portanto, que o título de uma notícia está carregado de informações ideológicas, uma vez que é responsável por determinar o ângulo sob o qual a notícia será visualizada.

Thompson (1995) propõe os conceitos de ideologia e os seus modos de operação, além das estratégias simbólicas usadas nesses modos. O autor afirma que a ideologia é uma forma de controle social; as ideologias estabelecem e mantêm relações de poder, desviando a atenção das diferenças sociais, de modo a desmotivar um desejo de mudança.

Os modos de operação da ideologia são originalmente cinco, embora Thompson afirme que esses conceitos não são definitivos: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação. Na Legitimação, as estratégias se concentram em argumentar em favor de uma ideologia, oferecendo explicações para determinada atitude. A Dissimulação ocorre para despistar ou esconder fatos, mudando o enfoque de um discurso. Para a Unificação, determinado comportamento ou pensamento é considerado o padrão, e um grupo é tratado como uma massa ideológica. Na Fragmentação, o grupo a que se deseja discriminar é pintado como o inimigo e, assim, marginalizado. Por fim, na Reificação, certos comportamentos são considerados intrínsecos a uma cultura e, portanto, permanentes. Thompson explica que o sucesso desses modos de operação é garantido por estratégias para a construção de formas simbólicas, as quais o autor define como “um

amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79). Algumas dessas estratégias serão abordadas ao longo dessa análise.

Outro aspecto a ser analisado é a representação dos atores sociais nos textos, com conceitos trazidos por van Leeuwen (2008) – como os participantes (vítima, agressor, autoridades) são caracterizados nos títulos e que implicações essa caracterização traz para a assimilação do conteúdo. Selecionamos algumas das categorias de representação sugeridas pelo autor para a realização da análise deste artigo, de acordo com os elementos identificados nos textos selecionados. Em um primeiro nível, há a relação entre inclusão e exclusão, que estão ligadas aos interesses e propósitos que uma representação ou outra tem em relação ao seu público-alvo. As exclusões podem ocorrer de duas maneiras: por *backgrounding* ou por supressão. No primeiro caso, os atores são colocados em segundo plano, e embora possam ser recuperados pelo leitor em algum ponto do texto, suas ações são, em grande parte, implícitas. Na supressão, no entanto, o ator é excluído completamente, não havendo maneira de recuperar sua participação no texto. Na análise deste artigo, utilizaremos apenas a primeira categoria.

Inversamente, há a inclusão dos atores sociais e suas ramificações específicas. Neste artigo, abordaremos os efeitos em potencial das categorias de ativação, autonomização e funcionalização. Na ativação, “atores sociais são representados como as forças ativas e dinâmicas em uma atividade” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 43) – as ações dos participantes estão em primeiro plano, facilmente identificáveis no texto. Para as categorias de autonomização e funcionalização, os textos recorrem à personalização dos atores, representando-os como seres humanos. A diferença entre os dois mecanismos de representação está na sua determinação e indeterminação. Na funcionalização, o ator social é categorizado de acordo com as atividades por ele exercidas nas suas relações sociais, como profissão ou função dentro de um grupo específico. Na autonomização, por outro lado, o ator social se encontra incógnito dentro de uma generalização ou quaisquer recursos que possam indeterminar sua identidade.

Com o uso de estratégias de construção simbólica e de representação dos atores sociais acima mencionadas, os discursos veiculados pelos títulos estudados neste artigo reafirmam ideologicamente o *status quo*,

potencialmente contribuindo para manter a estrutura social atual de dominação masculina. Essa manutenção pode ser entendida a partir de um possível sentido de desmoralização da posição da “vítima mulher”, atribuindo-lhe igual ou maior responsabilidade pela violência sofrida e trazendo o agressor como um participante secundário, conforme será analisado mais adiante.

2 Análise dos textos selecionados

Para a composição do *corpus* dessa análise inicial para o problema social em estudo, foram selecionados três títulos de diferentes jornais eletrônicos – *Folha de S. Paulo*, *R7* e *G1* (para as notícias na íntegra, conferir anexos) – veiculadas nos meses de maio e novembro de 2013. Analisou-se o potencial discursivo para a culpabilização generalizada das vítimas representadas nas reportagens, o que endossa a ideologia de opressão ao feminino e a soberania do masculino, conduta recorrente nas estruturas sociais de diversas sociedades no mundo. Conforme já mencionado, esses títulos configuram o *corpus* da pesquisa de mestrado de Cardoso (no prelo); o recorte temporal da pesquisa como um todo se concentrará em um diálogo com o contexto dos movimentos sociais atuais de cunho feminista. A seleção dos títulos feita para o presente artigo constitui apenas uma análise primária, a um nível mais textual, como demonstraremos a seguir:

Adolescente diz ter sido estuprada por DJ após sair de baile funk no Rio

Jovem diz que foi levada para o quarto e teve roupa tirada a força

Figura 1 – Título e subtítulo da notícia veiculada no dia 20 de novembro de 2013 pelo Portal R7.

No primeiro título, há uma modalização no processo verbal “dizer” – que, de acordo com Halliday e Mathiessen (2004), é um tipo de relação simbólica representada na linguagem a partir de construtos mentais –, que projeta o processo material “ter sido estuprada”. A escolha desse processo verbal em vez de outros como “afirma”, “relata” ou “atesta”, que poderiam conferir uma credibilidade semântica maior ao depoimento, cria um sentido

de dúvida em relação à declaração da adolescente, muito embora ela possua laudos que comprovem que o estupro ocorreu. Em outros momentos, no decorrer da notícia, o texto aponta para a suposta imprudência da adolescente:

De acordo com a adolescente, o crime aconteceu na madrugada do último sábado (16), quando ela teria ido a um baile funk com mais três amigas **escondida dos pais**.

Após a festa, ele teria oferecido carona para elas, porém a adolescente teria recusado. Como as amigas insistiram, **a vítima acabou aceitando**. [...] de acordo com ela, **as amigas de 13 e 14 anos decidiram manter relações sexuais** com o DJ e um amigo dele, **mas ela teria sido obrigada** (R7, 2013, grifo nosso).

A vítima ter saído de casa escondida dos pais é uma informação que não se relaciona com o crime, mas atribui um sentido de clandestinidade para as ações da adolescente. A notícia também aponta para o fato de que ela aceitou (com relutância, por pressão das amigas) a carona que o DJ oferecera, o que pode ser interpretado como um prévio consentimento – “aceitar” constitui um processo mental que expressa desejo (cf. HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004); ou seja, a vítima teve agência no evento, uma vez que a atitude de aceitar a carona partiu dela. Mesmo quando a notícia relata o momento do estupro, quando a vítima foi obrigada a manter relações sexuais com o agressor, há a informação de que suas amigas consentiram em praticar o ato, empregando uma suspeita implícita quanto à veracidade do testemunho da vítima, que pode ser identificada na estruturação “mas ela teria sido obrigada”.

Além disso, o fato expresso no título de que o crime se deu após um baile funk não é puramente informativo – trata-se de um tipo de dissimulação por deslocamento. Thompson (1995) explica que o deslocamento ocorre na transferência das características positivas ou negativas de um objeto ou pessoa para outro. Nesse caso, a adolescente passa a sofrer a atenção negativa da notícia: é socialmente repreensível a uma mulher frequentar bailes funk – uma prática marginalizada pela estrutura social por não representar a identidade da parcela dominante da população. Desse modo, esse hábito determina negativamente a conduta moral da vítima. Consequentemente, o foco da notícia deixa de ser o agressor e o estupro em si e passa a ser o local onde se originou o crime e o comportamento da vítima.



Figura 2 – Título e subtítulo da notícia veiculada no dia 27 de novembro de 2013 pelo Portal G1.

Diferentemente do primeiro caso, no segundo título são relatados fatos que, em um primeiro momento, parecem desconexos. Há, no entanto, uma relação causal implícita entre as orações através da conjunção “e” (cf. FAIRCLOUGH, 2003, p. 89) – o estupro torna-se consequência do encontro marcado pela adolescente. Essa estratégia é uma forma de legitimação por racionalização (cf. THOMPSON, 1995): ao trazer a informação de que a adolescente havia marcado um encontro, o título passa a impressão de que a imprudência da jovem causou e, portanto, justificou o estupro, que não teria ocorrido se ela não tivesse tomado essa atitude.

Essa “acusação” se torna ainda mais grave quando, no decorrer do texto, é explicado que a adolescente havia, na realidade, marcado de se encontrar com uma amiga, e não com o seu agressor:

“Ela chegou com a mãe e informou que conheceu a amiga na semana passada em uma festa e marcaram para se encontrar ontem. Chegando lá, ela não encontrou a amiga e quem estava no local foi um homem desconhecido e armado. Logo em seguida, ele a levou para um matagal e a estuprou”, relatou Ana Macêdo (G1, 2013).

Logo, o título tem potencial para induzir o leitor ao erro de um pré-julgamento da vítima – ela já é culpada por suas decisões antes mesmo de ter espaço suficiente na notícia para que sua história seja esclarecida.

Ao final do título, há atribuição das informações apresentadas ao órgão da força policial a partir do trecho “diz polícia”. Nesse momento, o redator ou redatora traz indiretamente a voz de sua fonte. O conceito de intertextualidade de Fairclough (2003) explica que todo texto incorpora toda uma série de outros textos, e ainda que seja complexo identificá-los todos, algumas vozes podem ser reconhecidas em um discurso. No título em questão, é possível reconhecer o discurso indireto empregado, o que

empresta ao mesmo tempo uma legitimidade ao relato e uma isenção da responsabilidade do jornal enquanto veículo de informações.

Outro aspecto que garante a legitimidade do conteúdo do título é o próprio uso do nome “polícia” para se referir à origem das informações usadas no texto. Fairclough (2003) trata a escolha lexical como uma das formas discursivas de representar o mundo sob determinado ângulo. Ao utilizar o relato policial, o jornal opta pelo ponto de vista oficial, que pode ser considerado irrefutável por seus leitores. Além disso, a representação da polícia como um todo, e não apenas a fonte como pessoa que informou ao jornal, traz um peso semântico importante para o conteúdo veiculado. O que ocorre é uma autonomização (cf. VAN LEEUWEN, 2008), que cria um sentido de consenso e conseqüente empoderamento da informação – a corporação policial figuraria como testemunha da veracidade dos fatos, ocultando o informante individual.

Psicóloga é estuprada após aceitar ajuda para consertar carro em SP

Figura 3 – Título de notícia veiculada em 23 de maio de 2013 pela *Folha de S. Paulo*.

No último título a ser analisado, há novamente uma relação causal entre orações, ainda mais explícita que a anterior. Da forma como o título foi concebido, há a formulação de uma implicação lógica, definida por Fairclough (2003) como sentidos implícitos que podem ser inferidos a partir de mecanismos da linguagem. No título, pode ser inferido que o estupro aconteceu apenas e imediatamente após a vítima aceitar ajuda (de um homem que se passou por mecânico para ganhar a confiança da mulher), conferindo à mulher agência e poder de decisão sobre um ato – o estupro – completamente fora de seu controle. Tivesse ela mais cuidado ao aceitar ajuda de estranhos – prática mal vista na sociedade, principalmente em relação a mulheres –, estaria salvaguardada de sofrer algum tipo de violência.

Ainda nesse aspecto, a explicitação da profissão exercida pela vítima é um agravante – pressupõe-se que uma psicóloga conheça o “funcionamento da mente humana”. Essa funcionalização (cf. VAN LEEUWEN, 2008) não é

aleatória, uma vez que chama a atenção do leitor para a função exercida pela vítima no mundo social. É uma escolha consciente do autor ou da autora: Richardson (2007) explica que jornalistas precisam escolher um nome para se referir às pessoas nos eventos relatados, mas, ao escolher um nome em vez de outros, o jornalista ou a jornalista emprega uma visão específica sobre aquilo que escreve. No que se refere à vítima psicóloga, ser “enganada” por um “falso mecânico” seria considerado inaceitável, uma vez que ela tem como objeto de estudo as pessoas. Portanto, a posição profissional da mulher também é desacreditada, por ela ter se deixado enganar e, seguindo essa lógica (a partir da estratégia de construção simbólica da racionalização), “causado o estupro contra si mesma”.

Considerações finais

Os três títulos recorrem a um claro apagamento dos homens responsáveis pelos estupros. Nos casos analisados, os agressores não são completamente suprimidos, uma vez que podem ser recuperados no corpo do texto. No entanto, nos títulos, as mulheres violentadas são evidenciadas pelo uso da voz passiva (como em “Psicóloga é estuprada”) e pela elipse do perpetrador. Essa estruturação contribui para o processo de *backgrounding* (cf. VAN LEEUWEN, 2008): sem a presença explícita dos agressores, as ações podem somente ser inferidas pelos leitores a partir de informações contidas no decorrer da notícia. A exceção está no primeiro título, que traz o agressor (DJ) e o associa a sua profissão. A funcionalização pode ser explicada pela ocupação do homem estar diretamente ligada ao local onde o evento se iniciou, trazendo ainda mais foco para as circunstâncias do ocorrido.

De maneira inversa, as vítimas não só são incluídas em todas as instâncias do texto, como também assumem um papel de agência. Nos títulos, “aceitar ajuda”, “marca encontro” e “sair de baile funk” podem ser interpretados como mecanismos de ativação (cf. VAN LEEUWEN, 2008): mesmo sendo as mulheres vítimas de uma ação (“estuprada” ocorre em todos os títulos), os títulos colocam em evidência a descrição de suas ações anteriores ao estupro, conferindo a relação causal supracitada. Essa estratégia de representação reforça a culpabilização das vítimas, tornando-as causadoras em potencial da violência sofrida.

Na análise deste artigo, foram estudados três títulos que possuíam entre si o ponto comum de abordarem casos de estupro contra a mulher. Os textos avaliados apontam para uma tendência a recorrer ao uso de mecanismos de legitimação dos casos apresentados. Em todos os títulos, há uma motivação implícita para o crime cometido, trazendo a vítima sempre para o primeiro plano. As vítimas tomaram decisões consideradas imprudentes e foram essas decisões que causaram o estupro, e não o ato praticado pelo agressor, que fica em segundo plano.

Alemany (2009, p. 271) explica que violências contra a mulher (incluindo a sexual) são formas de “expressão de relações entre poder masculino e virilidade, fazem parte da aprendizagem da virilidade, e são em geral legitimados socialmente”. O estupro, apesar de ser um crime previsto em lei, ainda vigora em todos os estratos sociais da cultura brasileira, e a culpabilização da vítima é uma forma de justificar a massiva ocorrência desses crimes – o estupro ocorre pela leviandade da vítima. Discursos como esses são integrantes de práticas sociais que podem corroborar para a manutenção de uma estrutura social androcêntrica.

Enquanto análise inicial, este artigo procurou demonstrar que há ainda muito a ser investigado. Os títulos das notícias demonstraram potencial para representações negativas das vítimas de violência sexual; é necessário, no entanto, que prossigamos com as análises, atentando-nos sempre para possíveis aspectos que suportem a estrutura social em questão. Este trabalho serve, também, como um convite para outras pesquisas: a pluralização de discursos combativos em relação à hegemonia do masculino sobre o feminino e a busca da mudança social são essenciais para que consigamos concretizar nosso papel enquanto críticos sociais e, sobretudo, integrantes do mundo social.

Referências

ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez.2014.

BHASKAR, Roy. **Scientific realism and human emancipation**. London: Verso, 1986.

CARDOSO, Isabela. **Legitimação do crime e culpabilização da vítima?** O discurso de agências de notícias *on-line* sobre casos de violência sexual contra a mulher. Dissertação (Mestrado). No prelo.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media discourse**. London: Arnold, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. Nova York: Routledge, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **A Gramsci reader: selected writings 1916-1935**. David Forgacs (Org.). Londres: Lawrence and Wishart, 1988.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1990.

HALLIDAY, M.; MATHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 3.ed. Londres: Hodder Arnold, 2004.

MOTA, Célia. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia (Org.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012, p. 205-217.

PORTER, Roy; TOMASELLI, Sylvana (Org.). **Estupro**. Tradução de Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica da publicidade: um estudo sobre a promoção de medicamentos no Brasil**. Covilhã: Livros LabCom, 2010. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/sinopse/ramalho-analise-2010.html>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

RAMALHO, Viviane. Contato de gêneros discursivos: hibridismos na Comunicação em saúde. **Papia**, v. 21, p. 101-116, 2011.

RAMALHO, Viviane. Gêneros discursivos e ideologia: elementos para estudos críticos In: MELO, Iran (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 2012, p. 139-187.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. “Ivan: o andarilho-jardineiro”: representação discursiva da situação de rua em um texto de mídia escrita In: CORACINI, M. J. (Org.). **Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão**. Campinas: Pontes, 2011, p. 83-99.

CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez.2014.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. Inequality and representation: critical discourse analysis of news coverage about homelessness In: PASCALE, M. (Org.). **Social inequality & the politics of representation: a global landscape**. Califórnia: Sage, 2012, v. 1, p. 21-34.

RICHARDSON, John E. **Analysing Newspapers: An approach from critical discourse analysis**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

RYAN, William. **Blaming the victim**. Nova York: Pantheon Books, 1971.

SILVA, D. E. G.; RAMALHO, V. Discurso, imagem e texto verbal: uma perspectiva crítica da multimodalidade. **ALED - Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 12, p. 7-29, 2012.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice: new tools for critical discourse analysis**. Nova York: Oxford University Press, 2008.

Anexos

Anexo I – Notícia veiculada pelo Portal R7 no dia 20 de novembro de 2013.

20/11/2013 às 20h32

Adolescente diz ter sido estuprada por DJ após sair de baile funk no Rio

Jovem diz que foi levada para o quarto e teve roupa tirada a força



Jovem teria sido estuprada em estúdio de DJ em Niterói
Reprodução Rede Record

Um DJ é suspeito de estuprar uma jovem de 14 anos após um baile funk em São Gonçalo, região metropolitana do Rio. De acordo com a adolescente, o crime aconteceu na madrugada do último sábado (16), quando ela teria ido a um baile funk com mais três amigas escondida dos pais.

Após a festa, ele teria oferecido carona para elas, porém a adolescente teria recusado. Como as amigas insistiram, a vítima acabou aceitando. O homem levou as menores para o estúdio de música em Itioca, em Niterói, e de acordo com ela, as amigas de 13 e 14 anos decidiram manter relações sexuais com o DJ e um amigo dele, mas ela teria sido obrigada.

— Ele me levou pro quarto, fechou a porta e tirou a roupa. Quando eu perguntei porque ele estava fazendo aquilo, ele falou: “Já que você

está aqui, vai ter que dar”. Então ele me jogou na cama, tirou minha roupa e começou a fazer várias coisas comigo.

Segundo a adolescente, após o estupro os homens deram dinheiro para que elas voltassem sozinhas para casa, mas assustadas, elas foram para o hospital.

A jovem passou por uma cirurgia e ficou internada durante três dias no Hospital da Mulher, em São Gonçalo. Ela ainda precisa fazer exame de corpo de delito, mas quando deixou o hospital ela recebeu documentos e laudos que comprovam os abusos.

A polícia já iniciou as investigações sobre o caso e as quatro meninas já prestaram depoimento. O Conselho Tutelar também acompanha o caso.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/adolescente-diz-ter-sido-estuprada-por-dj-apos-sair-de-baile-funk-no-rio-20112013>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

Anexo II – Notícia veiculada pelo Portal G1 no dia 27 de novembro de 2013.

Adolescente marca encontro e é estuprada em Pernambués, diz polícia

Segundo a Centel, jovem teria sido estuprada por 11 homens. Delegada que investiga o caso não confirma número de envolvidos.

1 comentário

Tweetar 4

Recomendar 5

Uma adolescente de 17 anos foi estuprada na noite de terça-feira (26), no bairro de Pernambués, em **Salvador**, após marcar um encontro com uma amiga. De acordo com informações da Central de Polícias (Centel), a jovem teria sido violentada por 11 homens. A Delegacia de Repressão a Crimes Contra Criança e Adolescente (Derca), que investiga o caso, não confirma a quantidade de envolvidos no estupro.

Segundo a delegada Ana Cricia Macêdo, a adolescente chegou à delegacia por volta de 1h da madrugada na companhia da mãe e relatou o que havia acontecido. "Ela chegou com a mãe e informou que conheceu a amiga na semana passada em uma festa e marcaram para se encontrar ontem. Chegando lá, ela não encontrou a amiga e quem estava no local foi um homem desconhecido e armado. Logo em seguida, ele a levou para um matagal e a estuprou", relatou Ana Macêdo.

A delegada ainda informou que não há um número estimado dos homens que estavam no local e que teriam estuprado a adolescente. Ainda segundo a polícia, a menina foi encaminhada para o Instituto Médico Legal e, em seguida, foi direcionada para uma clínica médica psicológica.






Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/11/adolescente-marca-encontro-e-e-estuprada-em-pernambues-diz-policia.html>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

Anexo III – Notícia veiculada pela *Folha de S. Paulo* no dia 25 de maio de 2013.

Psicóloga é estuprada após aceitar ajuda para consertar carro em SP

DE SÃO PAULO

23/05/2013 @ 14h41 - Atualizado às 17h39

 Recomendar 79  Tweetar 1  +1 0  OUVIR O TEXTO  + Mais opções

Uma psicóloga de 34 anos foi estuprada na noite desta quarta-feira (22) após seu carro quebrar no Bom Retiro, região central de São Paulo.

Segundo a Polícia, o carro dela quebrou na avenida Presidente Castelo Branco, esquina com a avenida do Estado, por volta das 18h30.

Enquanto aguardava funcionários do seguro, a psicóloga foi abordada por um suposto mecânico, que ofereceu ajuda e afirmou ter uma oficina nas redondezas.

No caminho, ela foi ameaçada com uma barra de ferro e estuprada atrás de um muro. O homem fugiu sem levar nada.

A psicóloga foi socorrida por moradores da região e levada para o hospital Pérola Byington, na Bela Vista, onde passou por exames e foi liberada.

De acordo com a polícia do 2º DP (Bom Retiro), onde o caso foi registrado, o suspeito é pardo, tem entre 35 e 40 anos e 1,76 m de altura.

SUSPEITO

Na manhã desta quinta-feira (23), um suspeito foi levado à delegacia e liberado após a psicóloga não reconhecê-lo.

Para ajudar na captura do criminoso, um retrato falado foi produzido. O delegado responsável pelo caso decidiu não divulgá-lo para não atrapalhar as investigações. ★ ★ ★

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1283549-psicologa-e-estuprada-apos-aceitar-ajuda-de-suposto-mecanico-em-sp.shtml>>. Acesso em: 04 jul. 2014.